

---

ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

---

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO  
RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA Nº 01/2026

“Dispõe sobre medidas de contingenciamento, racionalização e controle da execução orçamentária no âmbito da Câmara Municipal de Porto Velho, em decorrência da redução do repasse duodecimal previsto na Lei Orçamentária Anual de 2026.”

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no artigo 23º, Regimento Interno, **FAZ SABER** e eu, na qualidade de seu Presidente, promulgo a seguinte:

**RESOLUÇÃO:**

**CONSIDERANDO** o dever de observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e responsabilidade na gestão fiscal;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto à necessidade de manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas e à adoção de medidas de ajuste quando constatada frustração de receitas;

**CONSIDERANDO** que a Lei Orçamentária Anual de 2026 previu repasse duodecimal ao Poder Legislativo Municipal no percentual de 5%, entretanto, os repasses efetivamente realizados vêm ocorrendo no percentual de 4,5%, ocasionando redução significativa da receita inicialmente estimada;

**CONSIDERANDO** que a redução do repasse impacta diretamente a capacidade de execução orçamentária da Câmara Municipal, impondo a adoção de medidas preventivas e temporárias de contenção de despesas, a fim de evitar desequilíbrio financeiro ao longo do exercício;

**CONSIDERANDO** a necessidade de assegurar a continuidade das atividades legislativas essenciais, priorizando despesas obrigatórias e o regular funcionamento institucional;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Ficam instituídas, no âmbito da Câmara Municipal de Porto Velho, medidas temporárias de contingenciamento, contenção e racionalização de despesas, com a finalidade de adequar a execução orçamentária à redução do repasse duodecimal e resguardar o equilíbrio financeiro do Poder Legislativo.

**Art. 2º** O horário de funcionamento administrativo da Câmara Municipal de Porto Velho Compreende o período das 08h às 14h, ressalvadas as atividades essenciais ou situações excepcionais, devidamente justificadas e autorizadas por ato da Presidência.

**Art. 3º** Fica suspensa a realização de eventos institucionais no período noturno, incluindo solenidades, sessões especiais, cursos, congressos e atividades correlatas que impliquem custos adicionais à Administração, tais como segurança, limpeza, cerimonial, apoio logístico e consumo de energia, salvo autorização expressa da Mesa Diretora, mediante justificativa formal.

**Art. 4º** Ficam cessadas e proibidas novas cedências com ônus para esta Câmara Municipal de Porto Velho, enquanto vigorar o contingenciamento.

**Parágrafo único.** As cedências em curso deverão ser cessadas, com manifestação da Diretoria Administrativa/Recursos Humanos, no prazo de 15 dias, para adequação às medidas previstas nesta Resolução.

**Art. 5º** Fica determinada a limitação de empenho e o bloqueio temporário de despesas de natureza discricionária, sem prejuízo das despesas obrigatórias, legais ou decorrentes de decisões judiciais.

**Art. 6º** Durante o período de contingenciamento, ficam adotadas, entre outras, as seguintes medidas de controle de despesas:

**I** – vedação temporária de novas nomeações, exceto nos casos estritamente indispensáveis à manutenção de atividades essenciais, mediante justificativa formal e autorização da Presidência;

**II** – suspensão da concessão de vantagens, reajustes ou incrementos remuneratórios de caráter discricionário, quando cabível, ressalvados os direitos adquiridos e as determinações legais ou judiciais;

**III** — redução e controle de horas extras, substituições remuneradas e vantagens eventuais, com autorização prévia da Presidência.

**Art. 7º** Ficam instituídas medidas permanentes de racionalização administrativa, compreendendo, no mínimo:

**I** — redução do consumo de energia elétrica, água, telefonia fixa/móvel e internet, com metas internas de economia;

**II** – controle e racionalização do uso de materiais de consumo e de almoxarifado, com especial atenção a papel, impressões, copos descartáveis e suprimentos em geral;

**III** – racionalização das despesas com combustíveis, manutenção e utilização de veículos oficiais, mediante controle de rotas e registros de uso;

**IV** – revisão dos contratos administrativos vigentes, especialmente os de serviços continuados, locações, terceirizações e licenças, com vistas à renegociação, redução de escopo ou adequação de valores, sempre que possível e legal.

**Art. 8º** A Diretoria Administrativa e Financeira deverá apresentar à Presidência, mensalmente, relatório circunstanciado demonstrando o impacto das medidas adotadas, a economia gerada e a situação da execução orçamentária.

**Art. 9º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e vigorará pelo prazo de 180 dias, podendo ser revista, prorrogada ou revogada por deliberação da Mesa Diretora, conforme a evolução dos repasses e do cenário fiscal.

Porto Velho, 02 de fevereiro de 2026.

**FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS**

Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho

**EDMILSON DOURADO GOMES**

1º Vice Presidente

**FERNANDO C. DA SILVA**

2º Vice Presidente

**DEVONILDO DE J. SANTANA**

3º Vice Presidente

**ANTÔNIO M. MOURÃO FIGUEIREDO**

1º Secretário

**ELLIS REGINA BATISTA LEAL OLIVEIRA**

2º Secretário

**WANOEL CHAVES MARTINS**

3º Secretário

**Publicado por:**

Fernanda Santos Julio

**Código Identificador:**D8A6E85C

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 16/02/2026. Edição 4173

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>